

TEOLOGIA

PRIMEIRA PERGUNTA

A palavra “teologia” deve ser usada nas escolas cristãs? De quantas formas pode ser entendida?

A palavra “teologia” é corretamente usada.

I. Visto que, segundo as leis do método acurado, o uso e o verdadeiro sentido dos termos (*prōton exetazein ta onomata*) devem antes ser explicados (como o filósofo [Aristóteles] o fez), pois palavras são os tipos (*typoi*) das coisas, devem-se informar algumas coisas concernentes ao termo “teologia” antes de sua abordagem propriamente dita.

Porém, ainda que a questão proposta possa parecer quase desnecessária (no sentido comum e no em que é recebida por quase todos os que crêem ser mantida como uma palavra técnica [*technikon*] e declarando enfaticamente seu sujeito), devemos enfrentar a opinião dos que não a apreciam, em virtude do fato de que ela não ocorre na Escritura e é usada para indicar o falso sistema dos pagãos, e que julgam ser preferível usar outros termos extraídos da Escritura.

II. Embora a palavra “teologia” não seja escrita com maior contingente de palavras (*en graphos autolexei*), não é totalmente oral (*agraphos*). A forma simples como está composta ocorre com freqüência ali: como *logos tou theou* (“Palavra de Deus”) e *logia tou theou* (“palavras de Deus”; cf. Rm 3.2; 1Pe 4.11*; Hb 5.12). Portanto, uma coisa é estar na Escritura com som e sílabas (ou formalmente e no abstrato); outra é estar nela quanto ao sentido e as coisas significadas (ou materialmente no concreto). Teologia não ocorre na Escritura na primeira forma, mas na segunda.

III. Embora não seja lícito formar quaisquer doutrinas que não estejam na Escritura, é lícito às vezes usar palavras que não se encontrem nela, se estão numa forma que nos capacite a explicar as coisas divinas ou evitar os erros. Para esse propósito, as palavras “tríade”, *homoousiou*, “pecado original”, dentre outras, têm sido usadas pelos teólogos.

IV. Embora os pagãos às vezes abusem dessa palavra para designar seu falso sistema, podemos aplicar à nossa ciência genuína e salvífica o que foi erroneamente chamado por eles (falsamente denominado [*pseudonymō*]) de *teologia*. Da mesma forma a palavra “Deus” (que entre os gentios indicava um deus falso e fictício) e a palavra “igreja” (que era aplicada a uma assembléia secular) são usadas nas Escrituras num sentido mais saudável para o Deus

verdadeiro e a assembléia dos santos. A palavra “teologia” (de origem grega) foi transferida das escolas gentílicas para o uso sacro, justamente como os vasos dos egípcios foram apropriados pelos israelitas para propósitos santos.

V. Não negamos que haja vários sinônimos nas Escrituras por meio dos quais a ciência celestial possa ser designada, como “sabedoria em mistério” (1Co 2.7), “o padrão das sãs palavras” (2Tm 1.13), o “conhecimento da verdade que é segundo a piedade” (Tt 1.1), “doutrina” (Tt 1.9) e outras expressões afins. Mas, não obstante, esse título pode e deve ser conservado, em virtude de haver sido usado assim e ser o mais apropriado para expressar essa ciência salvífica.

VI. É evidente que a palavra “teologia” foi usada pelos gentios. Aqueles que discursavam sobre a sublimidade de Deus, ou estabeleciam o culto dos deuses, ou comunicavam seus aniversários, casamentos, descendência, domínio e realizações eram chamados “teólogos”, e sua ciência, “teologia” (veja Lactâncio, *The Wrath of God* 2 [FC 54:85-88]; Clemente de Alexandria, *Stromata* 3.3 [ANF 2:384; PG 8.1119-20]; Isidoro, *Etymologarium* 8*.6.18 [PL 82.307]; Aristóteles, *Metaphysics* 3.4.9 [Loeb, 1.126-27]).

Uso da palavra. VII. Entre os cristãos, a palavra “teologia” é usada inadequadamente (com referência ao eficiente para significar um discurso de Deus [*Theou Logon*] e com referência ao objeto, um discurso sobre Deus [*logon peri tou Theou*]) ou adequadamente, visto que ela denota tanto um discurso de Deus quanto um discurso acerca de Deus. Esses dois conceitos devem ser juntados, visto que não podemos falar sobre Deus sem Deus; desse modo o termo pode ser descrito como a ciência que originalmente procede de Deus, objetivamente trata dele e terminantemente flui para ele e conduz a ele, o que Tomás de Aquino habilmente expressa: *Theologia a Deo docetur, Deum docet, et ad Deum ducit* (“A teologia é ensinada por Deus, ensina sobre Deus e conduz a Deus”, ST, I, Q.1, Art. 7 + – não em Tomás, mas um adágio escolástico medieval). Assim, essa nomenclatura abarca o duplo princípio da teologia: um do ser, que é Deus; outro do conhecer, que é sua palavra.

VIII. Uma vez mais ela é usada pelos autores de três maneiras: (1) amplamente; (2) estritamente; (3) segundo a genuína extensão de sua significação. Na primeira maneira, ela se acomoda à metafísica e, nesse sentido, Aristóteles chama a primeira filosofia “teologia” (*Metaphysics* 6.1.10-11 [Loeb, 1:296-97] e 11*.7.8-9 [Loeb, 2:86-89]). Ele divide a filosofia teórica em três partes: física (*physikēn*), matemática (*mathēmatikēn*) e teológica (*theologikēn*). Na segunda maneira, os pais designam particularmente aquela parte da ciência cristã que trata da divindade de Cristo pela palavra “teologia”. Nesse sentido, João é enfaticamente intitulado de “teólogo”, visto que ousadamente asseverou a deidade do Verbo (*tēn tou logou theotēta*, cf. Ap 1.2). Os demais pais aplicaram a Gregório de Nazianzo o título de “teólogo”, visto que ele demonstrou a divindade de Cristo em vários discursos. Por isso eles fazem certa distinção entre teologia (*theologias*)

e economia (*oikonomias*). Com o primeiro termo designavam a doutrina da divindade de Cristo; com o segundo, a doutrina de sua encarnação. *Theologeîn Iēsoun* é, para eles, o discurso sobre a divindade de Cristo (Eusébio, *Ecclesiastical History* 5.28 [FC 19:343; PG 20.512]; Basílio, o Grande, *Adversus Eunomium* 2 [PG 29.601]; Gregório de Nazianzo, Oration 31*.26, “On the Holy Spirit” [NPNF2, 7:326; PG 36.161] e Oration 38*.8, “On the Theophany” [NPNF2, 7:347; PG 36.320]). No terceiro e mais apropriado sentido, ela indica “um sistema ou corpo de doutrina concernente a Deus e às coisas divinas reveladas por ele, para sua própria glória e a salvação dos homens”. É nesse sentido que a usamos aqui.

IX. O uso da palavra “teologia” é equivocado e abusivo (quando se aplica à falsa teologia dos pagãos e hereges), ou menos apropriadamente, quando se refere à sabedoria original e infinita qual concebemos estar em Deus que conhece a si mesmo de uma forma inexprimível e muitíssimo perfeita (pois a palavra não pode alcançar a dignidade da coisa em si); ou à teologia de Cristo e à teologia angélica, ou, mais apropriadamente, quando se aplica à teologia dos homens sobre a terra, que (como veremos mais adiante) é dividida em natural e sobrenatural.

SEGUNDA PERGUNTA

Se há uma teologia e são suas divisões.

A teologia pode ser provada.

I. Muitas coisas provam que há uma teologia. (1) A natureza e a bondade de Deus, o qual, visto ser o melhor, é mais comunicativo de si mesmo. Ele não pode comunicar-se mais adequadamente a uma criatura racional e de uma maneira mais própria à natureza humana do que pelo conhecimento de si e pelo amor a si mesmo. (2) O consenso humano e o desejo inato e universal de conhecer a Deus devem visar a algum propósito. Ainda que os homens tenham se afastado vergonhosamente da verdadeira teologia, o fato de a buscarem prova a existência de tal teologia. Por isso nunca se encontrou uma nação tão bárbara que não tivesse seus hierofantes engajados em obter o conhecimento e em ensiná-las. (3) O desígnio da criação, pois Deus fez criaturas racionais com a intenção de ser reconhecido e adorado por elas, o que não se pode fazer sem a teologia. (4) A natureza da coisa, porque as duas coisas que se requerem para a elaboração de um sistema (o *to gnōston*, ou objeto conhecível, e o *to gnōstikon*, ou sujeito conhecedor) se encontram aqui (a saber, Deus, o mais apto a ser conhecido das coisas conhecíveis [*tōn epistētōn epistētōtaton*], e as criaturas racionais dotadas de intelecto capaz de obter o conhecimento dele). (5) A necessidade de salvação, porque, como o homem é designado para um fim sobrenatural, ele lhe teria apresentado meios sobrenaturais para atingir esse fim. Ora, isso não é outra coisa senão fé que requer o conhecimento de Deus.

II. O que se discute sobre as entidades nos sistemas filosóficos não é tudo o que possivelmente se pode conhecer delas, mas somente aquilo que natu-

ralmente pode ser compreendido delas. (1) Conseqüentemente, dada a extensão do objeto da filosofia, nenhum prejuízo pode ser causado à teologia sobrenatural, que trata de certas entidades não como são conhecidas pela natureza, mas por meio de revelação. (2) O fato de todas as entidades naturais formarem os temas das ciências inferiores não anula a necessidade da teologia, onde mistérios sobrenaturais diferentes são ensinados e a qual nenhuma ciência humana jamais alcançou.

III. Os sentidos não têm necessidade de nenhum conhecimento sobrenatural para atingir sua perfeição. Seria errôneo inferir disso que o intelecto não carece de conhecimento, porque está ordenado a um fim sobrenatural, excedendo a compreensão da razão. Esse de forma alguma é o caso com os sentidos. Mas, ainda que essa necessidade do intelecto seja um sinal de imperfeição com respeito a um fim ainda não alcançado e como que denotando a ausência do fim, todavia indica perfeição no que concerne à sua capacidade para atingir esse fim.

IV. A metafísica é a mais elevada de todas as ciências na ordem natural, porém reconhece a superioridade da teologia na ordem sobrenatural. Na expressão dos filósofos – de acordo com a qual as ciências são distinguidas por sua abstração maior ou menor e, por isso, a ciência que tem menos a ver com questões como a metafísica é superior a todas – deve-se entender as ciências meramente teóricas, ocupadas só com as coisas universais e pertencentes à ordem natural, pois formam seus objetos por uma abstração da mente, e sua superioridade é regulada pelo grau de abstração. Não obstante, isso não pode aplicar-se à teologia, sendo em parte teórica e em parte prática, e por isso superior a tudo na ordem natural, pois não forma seu objeto por qualquer abstração, mas recebe-o da revelação já formada e distinta.

Diferentes tipos de teologia. V. Costuma-se distinguir a teologia, de diversas maneiras, em verdadeira e falsa. A falsa e equivocadamente assim chamada (aplicada a um sistema errôneo concernente a Deus e sua adoração) é de vários tipos. Primeiro: a dos gentios, que evidentemente era multiforme. Assim Platão (*A República* 2 +) a toma como dupla: simbólica (*symbolikēn*) ou mítica (*mythikēn*) (consistindo das coisas envoltas numa cobertura de sinais sob os quais os gentios, especialmente os egípcios, costumavam ensinar os mistérios divinos); e filosófica (*philosophikēn*) ou demonstrativa (*apodeiktikēn*) (ocupando-se da contemplação das coisas divinas). Marcus Varro a toma como tríplice: mítica (*mythikēn*) ou fabulosa (dos poetas, a qual se destinava aos palcos e teatros); política (*politikēn*) ou civil (dos sacerdotes e do povo, a qual era publicamente usada nos templos segundo os ritos de cada cidade e nação); e física (*phisikēn*) ou natural (dos filósofos, a qual era ensinada nas escolas; cf. Agostinho, CG 6.5 e 8.1 [FC 8:314-17 e 14:21-22]). Assim, tanto os poetas (em virtude de suas fabulosas discussões sobre a natureza de deus e das coisas divinas [*theologoumenous mythous*]) quanto os filósofos e sacerdotes são chamados de “teólogos” por Justino Mártir

(*Hortatory to the Greeks* 3 [ANF 1:274; PG 6.247-48]) e Clemente de Alexandria (*Stromata* 5.8 [ANF 2:454-57]). Contudo, a principal parte de sua teologia era uma apresentação da geração dos deuses (*theogonias*), já que criam que os deuses eram gerados. Segundo: a dos infiéis e hereges que publicamente rejeitam a Cristo (como os judeus e os muçulmanos etc.) ou que, embora conservem o nome de Cristo, estão em discordância fundamental com a Palavra de Deus (como a teologia dos papistas, dos socinianos e de outros hereges semelhantes). Pois embora sua teologia contenha algo de verdade, visto que a maior parte dela é falsa e contém erros fundamentais, é propriamente chamada “falsa” de (sendo a denominação tomada da parte maior).

VI. A verdadeira teologia se divide em: (1) infinita e não criada, a qual constitui o conhecimento essencial que o próprio Deus tem de si mesmo (Mt 11.27), na qual ele é, ao mesmo tempo, o objeto conhecido (*epistēton*), o conhecimento (*epistēmōn*) e o conhecedor (*epistēmē*), e aquilo que ele decretou revelar-nos sobre si próprio, o que é comumente chamado arquétipo; e (2) finita e criada, a qual é a imagem e reprodução (*ektypon*) da infinita e arquetípica (*prōtotypou*) (a saber, as idéias que as criaturas têm sobre Deus e as coisas divinas, assumindo a forma daquele supremo conhecimento e comunicando às criaturas inteligentes por união hipostática com a alma de Cristo [daqui se origina “a teologia da união”]; ou por visão beatífica dada aos anjos e aos santos que andam pela vista, não pela fé, que se chama “teologia da visão”; ou por revelação, que é feita aos que estão em viagem [a saber, aos que ainda não atingiram o alvo e é chamada “teologia da revelação”], ou o estádio).

VII. A teologia da revelação é uma vez mais dividida em natural e sobrenatural. A natural, que se ocupa com aquilo que pode ser conhecido de Deus (*to gnōston tou Theou*), é tanto inata (das noções comuns implantadas em cada um) quanto adquirida (a qual as criaturas adquirem discursivamente). Esta era excelente em Adão antes de sua queda, mas é muitíssimo desordenada no homem corrompido. A sobrenatural (a qual transcende nossa razão e nos é comunicada por Deus pela nova luz da graça, a fim de obtermos o gozo do bem mais elevado, que foi revelada aos patriarcas antes e também depois do dilúvio, e, por intermédio de Moisés, comunicada por Deus ao povo de Israel, e é chamada Antigo Testamento ou Novo Testamento, também considerada eminentemente “cristã”, porquanto tem Cristo por autor e objeto) provém de Cristo (Jo 1.18) e fala dele (At 1.1; 1Co 2.2). Estritamente falando, é chamada de “revelada” porque seu primeiro princípio é a revelação divina no sentido estrito e é feita pela palavra, não por intermédio de criaturas.

VIII. A teologia sobrenatural pode ser considerada sistematicamente, por denotar o sistema de doutrina salvífica concernente a Deus e às coisas divinas derivado das Escrituras (sendo as doutrinas com suas subdivisões arranjadas numa determinada ordem, que é chamada tanto abstrativa quanto objetiva), ou habitualmente e segundo a maneira de um hábito que reside no intelecto, e é